

Recomendação

Combate à Precariedade Laboral

Considerando que:

Existem nas freguesias da cidade de Lisboa um número significativo de trabalhadores com vínculos de trabalho precários, nomeadamente a recibos verdes;

A designada reforma administrativa na cidade de Lisboa promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, tal como o PCP alertou, fez aumentar a externalização de serviços e o recurso à contratação a recibos verdes;

A Lei do Orçamento do Estado para 2017 prevê a regularização da situação dos trabalhadores com vínculos precários que se encontram a prestar funções públicas com carácter permanente e que correspondem a necessidades efectivas dos serviços respectivos, devendo ser assegurados os respectivos lugares nos mapas de pessoal correspondentes, garantindo-se os vínculos efectivos a esses trabalhadores;

Os relatórios de monitorização da designada reforma administrativa de Lisboa, nunca trataram esta realidade de forma a esclarecer qual a diferença entre o número de contratações com recurso a recibo verde antes e depois da reforma;

É urgente travar a utilização deste mecanismo de contratação precário e corrigir as situações já existentes, quer no Município, quer nas freguesias, fazendo cumprir o disposto sobre esta matéria na Lei do Orçamento do Estado para 2017.

O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal na sua Sessão Ordinária iniciada no dia 11 de Abril de 2017, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. Apure, recorrendo às informações reportadas pelos diversos serviços, num prazo não superior a 60 dias, as situações de vínculos precários de trabalhadores que asseguram necessidades permanentes dos diversos serviços do Município;
2. Em face do resultado desse apuramento, proceda ao cumprimento do disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2017, abrindo concursos para a celebração com esses trabalhadores de contratos em funções públicas por tempo indeterminado;
3. Assegure que o próximo relatório de monitorização da reforma administrativa espelhe de forma clara o número de contratos de prestação de serviços com recurso a recibos verdes existentes antes da reforma administrativa e à data de hoje, freguesia por freguesia;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____ / 1

ENT. 996/SG/DAOSM/GAAM/ 97

DATA 06 MAI 2017

4. Providencie as diligências necessárias para que, através dos canais institucionais devidos, e em função das conclusões do relatório de monitorização, se proceda à sensibilização das freguesias de Lisboa no sentido de regularizarem, também elas, as situações existentes e em cumprimento do disposto sobre esta matéria na Lei do Orçamento do Estado para 2017.

O Representante do Grupo Municipal do PCP



- Carlos Silva Santos -